

Menu

Notícias

Aberta consulta pública sobre contratação de serviço de limpeza no Ministério da Economia

Consulta Pública

Com nova proposta, valor estimado da contratação será de pelo menos 30% menor do que o praticado atualmente

por publicado: 11/12/2019 14h51 última modificação: 11/12/2019 14h52

Servidores públicos, empresários e cidadãos poderão opinar

(<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=11/12/2019&jornal=530&pagina=39&totalArquivos=245>)

sobre novo modelo de contratação de serviço de limpeza que será utilizado em mais de 400 mil m² do Ministério da Economia, distribuídos em 23 edificações da pasta. Os interessados poderão apresentar sugestões relacionadas a diversos itens, como alocação dos empregados necessários, fornecimento e utilização de insumos adequados e suficientes para a execução do serviço, disponibilização de solução tecnológica para gestão, controle e fiscalização contratual, por meio de aplicação web e aplicativo mobile. O prazo para participar da consulta pública vai até 18 de dezembro.

Com as inovações, o valor estimado da contratação ao ano é de R\$ 13,7 milhões – 30% a menos do que o valor praticado atualmente. “Nossa meta é aperfeiçoar o sistema de contratação dos serviços de limpeza adotando medidas voltadas para a melhoria da qualidade desse tipo de atividade. Entre as principais mudanças propostas estão a contratação por resultado e a utilização de solução tecnológica com funcionalidades relacionadas à gestão e fiscalização da execução dos serviços prestados”, esclarece Cristiano Heckert, secretário de Gestão do Ministério da Economia.

A licitação será realizada pela Central de Compras do Ministério. A maior parte dos prédios está localizada na Esplanada dos Ministérios, em Brasília/DF. Os documentos relacionados à proposta de novo modelo de contratação de serviço de limpeza estão disponíveis aqui. Sugestões podem ser enviadas para o e-mail central.estrategia@planejamento.gov.br (<mailto:central.estrategia@planejamento.gov.br>).

Veja aqui alguns aspectos que estão em processo de consulta pública:

- exigência de plataforma tecnológica para apoiar a gestão e fiscalização;
- planilha de custos e formação de preços simplificada e lucro desvinculado do custo da mão de obra;
- estabelecimento de indicadores de avaliação de resultados (desempenho e satisfação de usuários);
- liberdade para o fornecedor propor e desempenhar níveis de produtividade e práticas de gestão e aplicação de insumos mais modernas;
- foco em resultados, novos métodos, tecnologias e qualidade do serviço;
- comprovação de experiência em produtividade igual ou superior à mínima (150 m²/h) em piso frio;
- vigência inicial de 36 meses;
- adequação técnica da metodologia empregada não implicará em glosa e alteração contratual
- centralização da contratação, gestão contratual e pagamento.